



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FACULDADE UnB PLANALTINA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL

(PPG-MADER)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

ROSEMEYRE MARIA CRUZ DE
MEDEIROS

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A VALORIZAÇÃO DO MEIO RURAL
COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - FAÇO, SEPARO, TRANSFORMO:
PROJETO JARDIM DAS ONZE HORAS E SUCULENTAS**

Brasília
2023

ROSEMEYRE MARIA CRUZ DE MEDEIROS

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A VALORIZAÇÃO DO MEIO RURAL
COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - FAÇO, SEPARO, TRANSFORMO:
JARDIM DAS ONZE HORAS E SUCULENTAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo.

Orientador: Prof. Dr. Vicente de Paulo Borges Virgolino da Silva

Brasília
2023.

SUMÁRIO

Sumário

SUMÁRIO	5
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	4
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	5
1. Introdução	9
1.1 Históricos da Educação no Campo no Brasil	12
1.2 A Educação do Campo e o Currículo em Movimento do Distrito Federal	13
1.3. Educação Ambiental	18
1.4 Caracterização da instituição escolar Centro Educacional Casa Grande	20
1.5 Estudo de Caso de Educação Ambiental do Centro Educacional Casa Grande	22

O Projeto ‘Jardim das 11 Horas e Suculentas’ iniciou suas atividades em março de 2019, durante a semana que comemora o Dia Mundial da Água. Após a leitura do livro: Faço.separo e transformo, onde os autores da obra contextualizam a importância da reciclagem e as utilidades que o reaproveitamento do lixo possui, dando ênfase à conscientização ambiental, a história descrita pelos autores se passa em uma classe de alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental.o que despertou nos estudantes maior interesse em seguir o exemplo do garoto Vitor, personagem

conscientizador do livro. As atividades foram realizadas com o plantio de mudas doadas pela Comunidade Escolar do Centro Educacional Casa Grande - CRE Gama/DF. Os próprios estudantes, com auxílio da professora Rosemeyre, plantaram as mudas utilizando recipientes recicláveis, como embalagens de produtos de limpeza, garrafas pet, pneus, paletes e caixas de frutas.	22
Figura 1 - Jardim das onze horas	22
2. Conclusão	29
3. . Referências	30

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotos 1 a 7 – Práticas Pedagógicas de produção de produtos recicláveis do Jardim das 11 Horas e Suculentas	20
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente Portal

SAO - Portal de Conteúdos Socioambientais

ONU - Organização das Nações Unidas

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ODM-Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

RESUMO

O planeta terra, o meio ambiente e os processos educacionais passam por um momento extremamente delicado. Mesmo com tantas informações e transformações culturais, tecnológicas, sociais e ambientais, ainda vê-se o ser humano, os educadores e os estudantes, por conseguinte, como espectadores alheios às responsabilidades diante de tais transformações. Segundo Paulo Freire, na obra *Pedagogia da Autonomia, "O ser humano é, naturalmente, um ser da intervenção no mundo à razão de que faz a História"*. Nela, *por isso mesmo, deve deixar suas marcas de sujeito e não pegadas de objeto*. Dessa forma, a busca permanente por uma educação de qualidade, que objetive a formação integral do educando, não pode se limitar a discutir apenas os problemas. É necessária a apresentação de novas maneiras para superar todas as demandas que envolvem uma vida em sociedade, seja no que diz respeito ao relacionamento com a natureza, envolvimento com novas tecnologias, organização pessoal para os estudos e para o trabalho e uma nova visão de sociedade muito mais dinâmica e preocupada com a formação intelectual, cultural, ambiental e social do educando. Assim, entende-se que a Pedagogia de Projetos, calcada nos princípios éticos, epistemológicos, didático-pedagógicos e estéticos, própria dos pressupostos da Educação do Campo, atendendo uma demanda histórica da construção de conhecimentos calcados na materialidade dos sujeitos do campo, pode contribuir para essa formação. O Projeto 'Jardim das 11 Horas e Suculentas' buscou criar um ambiente verde e acolhedor na escola, como também desenvolver nos estudantes uma consciência ambiental e a capacidade de se tornarem agentes de mudança em suas comunidades. Através da participação ativa dos alunos e do apoio pedagógico, constituído por professores, equipe gestora, profissionais de atendimentos de Serviço de Orientação Escolar e Sala de Recursos entenderam que o projeto contribuiu para a formação de cidadãos comprometidos com a preservação do meio ambiente e a construção de um futuro mais sustentável.

Palavras-chave: Planeta terra, meio ambiente, educação.

ABSTRACT

Planet earth, the environment and educational processes are going through an extremely delicate moment. Even with so much information and cultural, technological, social and environmental transformations, human beings, educators and students are still seen, therefore, as spectators alien to the responsibilities of such transformations. According to Paulo Freire, *The human being is, naturally, a being of intervention in the world for the reason that he makes History. In it, for this very reason, he must leave his marks as a subject and not footprints as an object.* In this way, the permanent search for a quality education, which aims at the integral formation of the student, cannot be limited to discussing only the problems. It is necessary to present new ways to overcome all the demands that involve a life in society, whether with regard to the relationship with nature, involvement with new technologies, personal organization for studies and work and a new vision of society. Much more dynamic and concerned with the student's intellectual, cultural, environmental and social formation. Thus, it is understood that a work focused on Project Pedagogy, based on ethical, epistemological, didactic-pedagogical and aesthetic principles, typical of the assumptions of Rural Education, meeting a historical demand for the construction of knowledge based on the materiality of rural subjects . The 'Jardim das 11 Horas e Suculentas' Project sought to create a green and welcoming environment at school, as well as to develop in students an environmental awareness and the ability to become agents of change in their communities. Through the active participation of students and pedagogical support, we understand that the project contributed to the formation of citizens committed to preserving the environment and building a more sustainable future.

Keywords: planetearth, environment, education.

1. Introdução

O modelo de desenvolvimento capitalista e antropocêntrico a partir da revolução industrial, conjuminado com o avanço acelerado de tecnologias, instalou uma pressão nos recursos ambientais e uma crise ambiental mundial. O uso de combustíveis fósseis e não renováveis, aliados a um modelo de desenvolvimento Urbano centrado, provocou instabilidades climáticas, que provoca além do aumento de temperaturas, reduções de oferta de água potável no planeta, elemento essencial à vida em todos os níveis tróficos.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) o

Desemprego, escassez de recursos, mudanças climáticas, insegurança alimentar e desigualdade sinalizam conjuntamente a necessidade de uma mudança radical em nossas sociedades. Para concretizar tal mudança, todo o sistema das Nações Unidas deve enfrentar o desafio de fomentar o desenvolvimento sustentável com prosperidade compartilhada por todos, dentro dos limites ambientais do nosso planeta (PNUMA, 2015, p. 2).

O PNUMA busca apoiar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a garantia da saúde do nosso planeta.

Os princípios que fundamentam e orientam a abordagem do PNUMA consideram as diferentes realidades nacionais e seus níveis de desenvolvimento, respeitando prioridades e políticas nacionais, que podemos extrapolar para abordagens agroecossistêmicas e territoriais, integrando dimensões sociais, ambientais e econômicas, equidade na redistribuição de riqueza e de recursos (tanto no país como entre países) e acesso igualitário às oportunidades, informação e justiça no acesso a bens tecnológicos, inovando a ciência formal a partir de práticas dialógicas com os conhecimentos tradicionais, e a superação do senso comum de cidadania (PNUMA, 2015).

A tecnologia como produto do avanço da ciência e do trabalho humano, emplacando uma geração de ‘nativos digitais’, sugere a abertura de centralidades de poder da informação e uma nova consciência planetária, visto que podemos acessar informações de maneira célere tanto local como globalmente. Portais como o de Conteúdos Socioambientais abordam os mais variados temas da sustentabilidade.

Segundo esse ‘Portal’ (SAO, 2017) as metas do milênio estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, com o apoio de 191 nações, continham 8 Objetivos, os quais buscou-se: Acabar com a fome e a miséria; Oferecer educação básica de qualidade para todos; Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; Reduzir a mortalidade infantil; Melhorar a saúde das gestantes; Combater a Aids, a malária e outras doenças; Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; Estabelecer parcerias para o desenvolvimento.

Já em 2015, novas negociações permitiram estabelecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aqui elencados: Erradicação da Pobreza; Fome Zero; Saúde e Bem Estar; Educação de Qualidade; Igualdade de Gênero; Água Potável e Saneamento; Energia Limpa e Acessível; Trabalho Decente e Crescimento Econômico; Indústria, Inovação e Infraestrutura; Redução das Desigualdades; Cidades e Comunidades Sustentáveis; Consumo e Produção Responsáveis; Ação Contra a Mudança Global do Clima; Vida na Água; Vida Terrestre; Paz, Justiça e Instituições Eficazes; Parcerias e Meios de Implementação.

Em suma os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) apresentados pela ONU têm como meta erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir paz e prosperidade para todos. Os Objetivos e Metas dos ODM devem ser pensados e executados inter-relacionais e integradamente, assim como se mostra em nossas mais distintas realidades. As dimensões sociais, ambientais, científicas, tecnológicas, econômicas, éticas e morais, não se apresentam de forma fragmentada na realidade.

Acreditamos que na premissa do presente trabalho, nos dois primeiros objetivos apresentados, nos quais ‘Acabar com a fome e a miséria’ e ‘Oferecer educação básica de qualidade para todos’, são fundamentos que devem ser priorizados nos projetos pedagógicos e metodológicos de nossas escolas desde a educação fundamental. Considerando o diálogo e a compreensão do ‘Território’, com os seus sujeitos concretos e históricos, para o atendimento, com equidade, das mais diferentes dimensões de demandas desses ‘Sujeitos Coletivos de Direitos’, como se prenuncia nos pilares da educação do campo.

Molina (2008) *apud* Silva (2012, p. 17) mostra

Que a noção de direitos a ter direitos necessita de uma linguagem pública a partir de reconhecimentos recíprocos de legitimidade e interesses balizados por critérios de justiça e igualdade, estruturando relações sociais, elaborando consensos, partilhados numa esfera democrática, legitimando conflitos.

Na mesma obra a autora (2012) aprofunda a discussão na disputa por políticas públicas, onde os sujeitos do campo passaram a disputar uma categoria de educação, de escola e de currículo que além de respeitar os espaços de vida, direito à cidadania e equidade sociocultural, busca criar novas representações, linguagens e imagens, incorporando uma consciência coletiva comum, e a criação de identidades e a ideia de direitos no processo dialógico e de práxis educativa, como estratégias da formação do conhecimento.

A identidade da escola e Educação do Campo vincula às realidades, se ancora na materialidade, saberes próprios e na memória coletiva associando soluções e qualidade de vida (CNE, 2002 *apud* SILVA, 2012, p. 17).

A disputa de direitos a ter direitos dos sujeitos do campo segue determinando seus destinos na construção de suas ideologias e suas visões de mundo, se contrapondo às visões da ‘Educação Rural’, que reproduzem o modelo de campo dos ‘Ruralistas’ e seus processos de subordinação dos ‘Camponeses’, de reservar a eles um controlado espaço nas políticas de Educação para civilizar e manter a subordinação, acirrando uma sociedade de disputa de classes (SOUZA, 2006).

Temas que ainda aproximam a EdoC com os ODM e ainda as ODS, remetem a discussões de ‘Questões Agrícolas e Agrárias’ e suas consequências visíveis na soberania alimentar, acesso e direito aos recursos naturais e a biodiversidade, que são princípios basilares da ‘Agroecologia’ (irmã siamesa da Educação do Campo), e que até o momento se utilizam da ‘Educação Ambiental’, enquanto política pública e temas transversais nos currículos das escolas da educação básica. Segundo a UNESCO (2005, p. 44), a *Educação Ambiental é uma disciplina bem estabelecida que enfatiza a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente.*

Abordagens da ‘Mãe Terra’ abrem novas portas para a visão da interdependência de todos os elementos do mundo natural. A hipótese de Gaia mostra o planeta e a vida que ela sustenta como um sistema unificado e complexo, análogo a um organismo autorregulado homeostaticamente. A Educação Ambiental se mostra como um dos caminhos para minimizar os efeitos da crise ambiental mundial, pois levamos em conta que agir localmente beneficiará a todos universalmente.

Quando se leva em conta a Educação como princípio de reproduzir ou transformar uma realidade, partimos do pressuposto da necessidade de mudanças de pensamentos e propostas políticas e pedagógicas. Dessa forma acreditamos em pensamentos pedagógicos da ‘Escola Libertária’ (LIBÂNEO, 1984), base da educação com base popular e suas materialidades históricas e concretas, necessário para entender e transformar a realidade do seu contexto em uma verdadeira práxis pedagógica.

Os pontos de convergência entre as categorias de ‘Desenvolvimento Sustentável’, ‘Educação do Campo’, ‘Educação Ambiental’ e ‘Agroecologia’, aqui anteriormente mencionados estão centrados nas ‘Pessoas’, enquanto uma concepção humanista de construção de conhecimentos e em valores éticos de dignidade e igualdade, em um ambiente saudável; nos espaços ou territórios de convivência, que quando identificados como partes do humano, também humaniza o ‘Planeta’, bem como sua capacidade de resiliência para suportar as necessidades das gerações presentes e futuras. Desenvolvendo processos de ‘Prosperidade’ com progresso econômico, social e tecnológico que ocorra em harmonia com a natureza; com ‘Paz’ e construções de ‘Parceria’ cooperativa, com base num espírito de solidariedade global.

1.1 Históricos da Educação no Campo no Brasil

“O homem aprende no mato, na escola, na rua, no mar, na igreja, no rio, na casa do vizinho, no quintal, na praça, no clube, na praia... Aprende porque é um ser social, porque se faz no diálogo, com o outro e com o próprio mundo” (FREIRE 2005; ALHEIT EDAUSIEN, 2006 *apud* MEDEIROS E AGUIAR, 2015, p. 4). Acreditamos na ‘Educação’ datada, voltada à realidade territorial e socialmente útil, narrada com o protagonismo de seus sujeitos concretos, portanto em múltiplas ‘Educações’ e ferramentas pedagógicas que sejam apropriadas pelos ‘Sujeitos Coletivos de Direitos’. Nesse aspecto é notadamente histórica a dívida das políticas públicas, eemespecialdaeducação, para os sujeitos do campo.

Nos documentos oficiais sobre a educação no país, a população do campo apresenta-se simplesmente como um dado. São apenas quantidades, ou no máximo referências marginais e negativas. A imagem que se formou na academia, na sociedade e nos governos é que para a “escolinha rural” qualquer coisa serve. Para mexer com a chibanca e a enxada não há necessidade de uma ampla formação. A cultura, a história e o repertório de conhecimentos que existem no campo não interessam ao desenvolvimento do ser camponês e tão menos a civilização atual (GARCIA, 2009 *apud* MEDEIROS E AGUIAR, 2015, p. 5).

O resgate cultural e da memória dos sujeitos do campo e seus territórios devem ser realizadas de forma intencional e crítica, desvelando suas contradições e correlações de formas no sentido de perceber movimentos de opressão, de resistências e de avanços na reprodução da vida e no reconhecimento do direito a ter direitos dos povos. Nesse sentido a escola pode surgir como aparelhos ideológicos de Estado para reprodução de uma sociedade de dominação, como também em prol de tomadas de consciência para transformações mais justas e sustentáveis.

1.2 A Educação do Campo e o Currículo em Movimento do Distrito Federal

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN (2013), foram planejados os objetivos de aprendizagem do Ensino Fundamental apresentados nas normativas pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), que institui (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 10):

Possibilitar as aprendizagens, a partir da democratização de saberes, em uma perspectiva de inclusão considerando os Eixos Transversais - Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade; Promover as aprendizagens mediadas pelo pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo e a formação de atitudes e valores, permitindo vivências de diversos letramentos; Oportunizar a compreensão do ambiente natural e social, dos processos históricos geográficos, da diversidade étnica- cultural, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes e da cultura, dos direitos humanos e de princípios em que se fundamenta a sociedade brasileira, latino-americana e mundial; Fortalecer vínculos da escola com a família, no sentido de proporcionar diálogos éticos e a corresponsabilização de papéis distintos, com vistas à garantia de acesso, permanência e formação integral dos estudantes.

Compreender o estudante como sujeito central do processo de ensino, capaz de atitudes éticas, críticas e reflexivas, comprometido com suas aprendizagens, na perspectiva do protagonismo estudantil.

O Currículo deve ser vivenciado e pensado a partir do cotidiano escolar, tendo o ‘Trabalho’ como princípio educativo, com aprendizagens mediadas por ações investigativa e criadora. Deve ainda privilegiar estratégias onde as diferentes áreas do conhecimento do Currículo se articulem com vistas à compreensão crítica e reflexiva da realidade.

Um diálogo entre os conhecimentos, proposta que quebra a fragmentação do currículo [...] demonstra compromisso ético no cumprimento da função social da escola. A opção por um trabalho pautado nos princípios de unicidade teoria-prática, interdisciplinaridade, contextualização e flexibilização fortalece propósitos educacionais relevantes para a formação dos estudantes. Nesse contexto, abre-se espaço para experiências, saberes, práticas dos sujeitos comuns que protagonizam e compartilham conhecimentos e vivências construídos em espaços sociais diversos (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 11).

A tomada de consciência da condição de sujeitos de direito e que constroem cidadania participativa (BRASIL, 2013 *apud* DISTRITO FEDERAL, 2014) coloca a categoria ‘Trabalho’ em sua concepção ontológica de transformação do meio e das relações do cotidiano, de forma em que o ‘Trabalho’, a ‘Cooperação’ e a ‘Educação’ se indissociam na matriz de sociabilidade humana (SILVA, 2012). Dessa forma se respeita os tempos de desenvolvimento subjetivos dos estudantes, com a garantia de um processo contínuo de formação integral e omnilateral.

O ensino, então, não fica restrito à transmissão de conteúdos e à prática de avaliações que valorizem apenas o caráter quantitativo ao final de cada bimestre; diferente disso, aprimora-se constantemente os processos de ensinar, de aprender e de avaliar, tendo como princípio fundamental a garantia das aprendizagens para todos os estudantes (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 11).

Já de acordo com a ‘**Meta 8**’ do Plano Distrital de Educação do Distrito Federal (PDE- DF, 2015), buscou-se garantir a educação básica a toda a população camponesa do Distrito Federal, conforme Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que institui as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo.

Para tanto foram elencadas 42 estratégias de ações, muitas das quais dialogam diretamente com os princípios e propósitos do presente trabalho, e que nos parece relevante enuncia-los, no sentido de recortar as principais ações estratégicas que, como espaço de disputa, enquanto política pública garantem avanços na perspectiva da Educação do Campo na compreensão e transformação da realidade, com bases em novas matrizes de desenvolvimento, baseadas na agroecologia e educação ambiental.

8.1 Garantir a estruturação curricular e pedagógica voltada à realidade do campo em todos os níveis de ensino, enfatizando as diferentes linguagens e os diversos espaços pedagógicos, conforme as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo.

8.2 Institucionalizar a educação do campo na rede pública de ensino do Distrito Federal, criando condições de atendimento às especificidades que demanda o público a ser atendido, incluindo a oferta na modalidade à distância para a educação de jovens e adultos, tais como:

- a) gestão pedagógica e administrativa específica;
- b) profissionais da educação com formação inicial e continuada, inclusive com especialização, mestrado e doutorado em educação do campo, para atendimento a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos;
- c) trabalho pedagógico organizado, segundo os princípios e as matrizes da educação do campo, incluindo currículos diferenciados e apropriados aos sujeitos da educação de jovens e adultos – EJA;
- d) avaliação processual e formativa, buscando encorajar os estudantes trabalhadores na sua entrada ou retorno à escola pública, compreendendo as suas especificidades e reconhecendo os saberes adquiridos em suas histórias de vida e nas atividades laborais no campo;
- e) suporte de infraestrutura e materiais apropriados para a produção do conhecimento com esses sujeitos;
- f) criação de mecanismos de acesso, permanência e êxito dos estudantes na escola, considerando aqueles que são trabalhadores;
- g) articulação e coordenação intersetorial para a concretização da expansão da escolaridade da população brasileira, envolvendo as áreas de educação, saúde, trabalho, desenvolvimento social, cultura, ciência e tecnologia, justiça, entre outros.

8.3 Garantir acesso público ao ensino fundamental, incluindo ofertas específicas de alfabetização, ensino médio e ensino médio integrado à educação profissional a jovens, adultos e idosos, conforme as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo.

8.8 Universalizar a oferta da educação básica do campo, respeitando as peculiaridades de cada região administrativa, com infraestrutura apropriada, estimulando a prática agrícola e tecnológica com base na agroecologia e socioeconomia solidária.

8.9 Destinar área específica às práticas agroecológicas, assim como construções que permitam o cultivo e oficinas de trabalho, no terreno próprio da escola, oportunizando ação pedagógica nas escolas do campo, promovendo inclusive intercâmbio com as escolas da cidade.

8.10 Implementar e garantir cursos profissionalizantes nas escolas do campo, de acordo com a demanda, com profissionais capacitados nas áreas técnicas, atendendo à singularidade de cada região administrativa e suas diferentes formas de produção, por intermédio de parcerias com o Governo Federal e outros órgãos e instituições, visando à sustentabilidade no uso da terra e outras demandas locais.

8.11 Articular mecanismos de cooperação entre o Distrito Federal e a União para implementar e avaliar as políticas públicas destinadas à melhoria das escolas e da qualidade de vida no campo, a partir da publicação deste Plano.

8.23 Garantir a educação infantil à população do campo, considerando os princípios formativos e as matrizes históricas, sociais e culturais da educação do campo.

8.24 Garantir formação específica para os profissionais da educação do campo.

8.25 Implantar políticas, por meio de parceria entre a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE, escolas técnicas e instituições de ensino superior – IES públicas, de formação inicial e continuada aos profissionais da educação que atuam na educação do campo, com vistas a atender aos objetivos e às metas deste Plano, como condição necessária a todos os profissionais da educação que atuam ou venham a atuar em escolas do campo, ficando estabelecido o prazo de 4 anos para aqueles já em exercício nessa modalidade de ensino e 1 ano tanto para os processos de remanejamento quanto para empossados em virtude de concurso público.

8.26 Promover encontros com universidades, movimentos sociais e a Coordenação de Educação do Campo da Secretariade Estado de Educação, visando à inclusão do debate da educação do campo nos cursos de nível superior das áreas da educação (Pedagogia e licenciaturas), bem como de outros que estejam vinculados direta ou indiretamente à realidade do campo, no prazo de 4 anos, a partir da publicação deste Plano (PDE-DF, 2015, p. 29-32).

Em suma, uma educação dita Libertária busca a compreensão da realidade, com todas suas contradições e dimensões, desfragmentando disciplinas e conteúdos em prol de um desenvolvimento integral do estudante, preparando para a vida e os dilemas da sociedade.

Ribeiro (2014) citando Caldart; Kolling; OSFS (2002) reforça a ideia da Educação do Campo enquanto categoria política e pedagógica que intenciona o aprender a pensar a educação que interessa ao ser humano, sujeito de diferentes culturas e realidades, representantes da classe trabalhadora do campo, sujeito protagonista das transformações necessárias em seus territórios, do local para o global.

Deve-se ter em mente que é necessário e possível se contrapor à lógica de que as crianças e jovens são condenados ao círculo vicioso de sair do campo para continuar a estudar para sair do campo. Ou seja, é preciso estudar para viver no campo! [...] O que se pretende atualmente é uma educação que seja no e do campo; estudar em uma escola no campo é ser educado no lugar onde se vive e, principalmente, a uma escola do campo que representa uma proposta de construção de uma pedagogia, tomando como referência as diferentes experiências dos seus sujeitos: os povos do campo (RIBEIRO, 2014, p. 10-12).

1.3. Educação Ambiental

Até a metade do século passado a visão sobre o planeta e seus recursos naturais era infinita, Após a segunda guerra mundial a conta ambiental enfim chega...Uma crise ambiental mundial se estabelece com efeitos desastrosos sobre o uso indiscriminado dos recursos e altos índices de poluição,contaminação do solo,da água e extinção da fauna e da flora em vários lugares no planeta,levando governos e estudiosos a refletirem sobre a crise ambiental instalada.

Em 1962, Rachel Carlson publica seu famoso livro “Primavera silenciosa”,onde questiona o modelo agrícola convencional e a dependência do petróleo.

Em 1965 aconteceu a 1º Conferência Ambiental, onde surgiu a expressão EA(na Grã Bretanha).

Em 1972, com a Conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente,a temática ambiental entra na agenda internacional.

Em 1973, o Brasil criou a 1º secretaria do meio ambiente.

A partir de 1977 a EA ganha evidência com a conferência de Tbilisi (Geórgia).

Na década de 80, os movimentos ecológicos criticam o capitalismo industrial e temos a figura de Chico Mendes e o símbolo ambiental na criação de reservas ativistas de 1982-1988.

A formação de agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar, ou em qualquer âmbito formativo, como em escolas da rede pública de ensino, tem como função principal de potencializar capacidades de identificar e refletir de forma crítica sobre

questões socioambientais no território ao quais os sujeitos envolvidos possam qualificar o seu meio e sua vida.

O processo formativo e o conhecimento construído devem ser vivos, fazendo uso de inventariamentos e vivências do grupo e da comunidade em questão. Os sujeitos envolvidos devem ser pró-ativos no sentido de entender como as questões ambientais se relacionam com sua realidade.

Colocar em movimento o que é trabalhado para que o processo de ensino-aprendizagem seja um ato criador e criativo. Enfim, é necessário tornar o conhecimento vivo! Nesse sentido, propomos exercícios para orientar a pesquisa sobre a situação socioambiental vivida no território. Sempre em busca de uma intervenção cada vez mais coletiva, qualificada e organizada (BERNAL & MARTINS, 2015, p. 12).

Os planejamentos e ações devem ser intencionais, gerando temas e questões de práxis pedagógicas, conduzindo planos de aulas que indiquem aprendizados significativos. A capacidade de investigação da realidade no sentido de compreendê-la, para promover transformações socioambientais.

Neste sentido apontá-se para diferentes identidades e povos, com diferentes materialidades e percursos históricos a partir do território, que em grande medida explica o ‘estado atual de coisas’, como o nível de consciência ambiental.

O perfil sociocultural da sua comunidade ou daquela na qual você atua (agricultura familiar ou camponesa, extrativista, caiçara, quilombola etc.), ela está inserida em dinâmicas políticas e ambientais, tanto locais quanto planetárias, das quais depende sua reprodução social, cultural e econômica. Se, por um lado, as máquinas e aparatos tecnológicos podem melhorar o rendimento do trabalho e trazer conforto, por outro lado, também aumentaram a capacidade de destruição da vida e das relações sociais (BERNAL & MARTINS, 2015, p. 12).

A obra de Bernal & Martins (2015) aborda maneiras acertadas da utilização dos recursos naturais que fazem parte da vida dos agricultores, dentro da sua realidade de maneira produtiva e saudável, fazendo bom uso da terra e cuidando da água para tê-la sempre em abundância. O fogo surge como um obstáculo, pois prejudica a manutenção da fertilidade do solo e não permite o acúmulo da matéria orgânica no solo, pois prejudica os animais silvestres e pode vir a causar destruição de casas, plantações e etc.

Dentre muitas práticas agrícolas convencionais, também se recomenda evitar a mecanização no preparo do solo para o plantio, pois a mecanização pode causar a compactação e a erosão do solo, bem como a necessidade do uso do calcário e de fertilizantes químicos que pode gerar a necessidade de uso de insumos externos, que pode vir a atrapalhar na regeneração natural do solo.

Na busca de uma agricultura mais sustentável é recomendado o não uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas, resgatando e cuidando das próprias sementes crioulas, fazendo uso de sementes mais propícias às condições de solo e clima, o que ajuda evitar diversas “pragas e doenças”. Da mesma forma, na produção animal, é saudável evitar uso de antibióticos e hormônios, fazendo uso de água e alimentos de qualidade, higiene, vacina, etc.

Fazer uso de hábitos defensáveis na agricultura é indispensável para valorização das florestas, e assim manter o equilíbrio ecológico. Cuidar das florestas ajuda na proteção do solo, na qualidade da água e na manutenção da biodiversidade, dos habitats dos animais silvestres e do controle biológico para pássaros, insetos espontâneos, entre outros tantos benefícios ambientais.

1.4 Caracterização da instituição escolar Centro Educacional Casa Grande

A comunidade do Núcleo Rural Casa Grande, bem como outras comunidades rurais do Distrito Federal, se formou a partir da ocupação de algumas áreas, em meados dos anos 70.

A referida ocupação se deu de forma paulatina, não se perfazendo a partir de movimentos migratórios maciços, por intermédio de políticas públicas. Todavia, a comunidade sempre se mostrou organizada e combativa. Uma das grandes lutas,

capitaneada pela Associação de Produtores Rurais do Núcleo Rural de Casa Grande, fundamentalmente pela figura do Professor Aníbal Coelho, se deu em razão da construção de uma escola na região, que atendesse as crianças e jovens.

A luta contou com o apoio de toda comunidade, que liderada pelo Professor Aníbal, organizou-se em mais de setenta mutirões para construir a escola em um terreno doado pela própria associação.

Inicialmente, a recém-criada Escola Classe Casa Grande, contava, apenas com duas salas de aula, que atendiam as modalidades voltadas para a alfabetização. Posteriormente, com a incorporação da gestão pela extinta Fundação Educacional do Distrito Federal, a Escola Classe Casa Grande ampliou a sua capacidade, com a construção de novas salas de aula.

No início dos anos 90, a Escola já atendia as mais diversas modalidades de ensino. Nos anos 2000, a Unidade Escolar já possuía a configuração física, semelhante a que se tem nos dias atuais. Contudo, a atual gestão foi responsável direta pela reestruturação física, administrativa e pedagógica.

Ao final da primeira década do século XXI, a escola assumiu a condição de Centro de Ensino Fundamental, tendo, anos depois, passado por uma nova reformulação administrativa, alcançando o status de Centro Educacional, até os dias atuais. Todo o processo de reformulação acompanhou as novas dinâmicas impostas pela nova configuração social, na qual a Unidade Escolar está inserida. A Escola atende todas as modalidades de ensino, sendo no matutino: :Educação Infantil 4 e 5 anos, séries iniciais 1/ ao 5/ ano,2 classes especiais Transtorno Espectro Autista.No vespertino séries finais do ensino fundamental 6ºao 9º ano. No noturno atende Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio.

Na região próxima a Escola é composta por 7 condomínios, 1 assentamento (1º de junho) e 1 acampamento Dandara,de onde nossos alunos são oriundos.

A comunidade do Núcleo Rural tem sofrido devido a grilagem de terras recorrentes.

A turma realizadora do Projeto é uma turma de 3º ano,com alunos na idade entre 8 e 9 anos que estão finalizando o processo de alfabetização. Na classe temos 10 estudantes que residem em chácaras, sendo 2 donos da terra e e 8 trabalhadores.

1.5 Estudo de Caso de Educação Ambiental do Centro Educacional Casa Grande

O Projeto ‘Jardim das 11 Horas e Suculentas’ iniciou suas atividades em março de 2019, durante a semana que comemora o Dia Mundial da **Água**. **Após a leitura do livro: Faço.separo e transformo, onde os autores da obra contextualizam a importância da reciclagem e as utilidades que o reaproveitamento do lixo possui, dando ênfase à conscientização ambiental, a história descrita pelos autores se passa em uma classe de alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental.o que despertou nos estudantes maior interesse em seguir o exemplo do garoto Vitor, personagem conscientizador do livro.** As atividades foram realizadas com o plantio de mudas doadas pela Comunidade Escolar do Centro Educacional Casa Grande - CRE Gama/DF. Os próprios estudantes, com auxílio da professora Rosemeyre, plantaram as mudas utilizando recipientes recicláveis, como embalagens de produtos de limpeza, garrafas pet, pneus, paletes e caixas de frutas.

Figura 1 - Jardim das onze horas







Fonte: arquivos da autora (2023)





O Objetivo Geral deste projeto se deu no sentido de contribuir para a transformação dos estudantes dos anos iniciais do Centro Educacional Casa Grande em sujeitos ecológicos capazes de promover mudanças em suas realidades e na comunidade por meio da conscientização ambiental.

Apresentou como estratégia de execução o Cronograma e Manutenção semanal, onde os estudantes foram responsáveis por regar e dar o manejo das plantas, utilizando ferramentas provenientes da reutilização e recuperação de materiais. Eles também realizaram a retirada de ervas daninhas e a adubação das mudas utilizando fertilizantes naturais produzidos a partir da reutilização de borra de café, cascas de ovo e resíduos orgânicos provenientes da cantina escolar.

O Enfoque Pedagógico se deu quando as plantas estavam estabelecidas, dando início a criação de listas de palavras com os nomes das plantas, suas derivações, ramificações e aplicações. É importante ressaltar que a Educação Ambiental na escola rural buscou construir valores de acordo com a realidade dos alunos, conscientizando-os sobre seu papel no meio ambiente e na sociedade.

O ‘Parque Alfabetizadoras do Jardim das 11 Horas e Suculentas’ atendeu além dos estudantes da turma do 3º ano B, sob a orientação da professora Rosemeyre, todos os outros educandos e educadores da instituição, que puderam desfrutar dos resultados do projeto através do Parque Alfabetizador Jardim das 11 Horas e Suculentas. Esse espaço proporciona um ambiente mais humano, acolhedor e ecologicamente correto para toda a Comunidade Escolar (Fotos 8 a 14).



As Ferramentas de Educação Ambiental aqui executadas, e que promoveram as ações descritas lançou mão das referências teóricas do livro "Faço, Separo, Transformo..." dos autores Marcelo Capucci e Marcos Linhares. Essas referências abordam a preservação do meio ambiente, valorização dos Catadores de Materiais Recicláveis e Garis, e o incentivo à indústria nacional da reciclagem e sustentabilidade socioambiental.

As Salas de Aulas Temáticas surgem como parte do projeto na entrada da escola, com decoração e ornamentação, relacionadas ao jardim, e que se mostraram de suma importância para nossas práticas pedagógicas. Essa sala tem como objetivo ser o cartão de visitas da escola, um lugar onde as pessoas poderão conhecer sua história e se sentir acolhidas, dentro de uma proposta sustentável. A sala será destinada a todos os professores da escola, para que possam divulgar conhecimentos e conteúdos em educação ambiental nas diversas disciplinas.

2. Conclusão

O Projeto ‘Jardim das 11 Horas e Suculentas’ buscou não apenas criar um ambiente verde e acolhedor na escola, mas também desenvolver nos estudantes uma consciência ambiental e a capacidade de se tornarem agentes de mudança em suas comunidades. Através da participação ativa dos alunos e do apoio pedagógico, entendemos que o projeto contribuiu para a formação de cidadãos comprometidos com a preservação do meio ambiente e a construção de um futuro mais sustentável.

3. . Referências

ALHEIT, P.; DAUSIEN, B. **O Processo de Formação e Aprendizagem ao longo da vida.** In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n.1, Jan./abr. 2006.

ARROIO, M.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação do campo**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BERNAL, A. B.; MARTINS, A. de M. C. (Orgs.). **Formação de agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar: volume 1 – Educação Ambiental e agricultura familiar no Brasil: aspectos introdutórios.** Brasília: MMA, 2015. 64 p.

BERNSTEIN, B. **Clases, códigos y control: Hacia una teoría de las transmisiones educativas – v.2.** Madrid: Akal, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**, MEC, 2013. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017.

CNE/MEC. Relatório do Parecer no 36/2001 – Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação: **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Relatora: Edla de Araújo Lira Soares. Conselho Nacional de Educação / Ministério da Educação e Cultura. Aprovado em 04/12/2001. Brasília-DF.2001. 26 p.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressupostos Teóricos.** Documento aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal nos termos da Portaria nº 389, de 4 de dezembro de 2018. 2ª edição atualizada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal a partir da 1ª edição, publicada em 2014. Brasília, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 46. Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

GARCIA, S. B. **Saberes da Terra: Contribuições da Experiência da Comunidade do Assentamento Nova Vida.** Monografia (Especialização em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró – RN, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico– social dos conteúdos.** São Paulo: Loyola, 1984.

MEDEIROS, E. A.; AGUIAR, A. L. O. **Educação do/no campo: história, memória e formação.** Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro/ Vol. 25, n.48/ p. 06-18/ Jan-Abr. 2015.

Disponível em <http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106.vol25.n48.p06-18> , Último acesso em 28/05/2023.

MOLINA, M. C. **A Constitucionalidade e a Justicibilidade do Direito à Educação dos Povos do Campo**. In: Fernandes, B. M. ... (et al.); Santos, C. A. “Por uma Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação”. Vol 7; Brasília: INCRA;MDA, 2008; 109 p.

PDE-DF. **Plano Distrital de Educação 2015-2024**. Lei nº 5.499, de 14/7/2015. DODF nº 135, de 15/7/2015. Brasília/DF. Disponível em https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2020/02/pde_15_24.pdf , Último acesso em 28/05/2023.

PNUMA. **O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a Agenda 2030: Ação global para as pessoas e para o planeta. Time for Global Action for People and Planet**, www.unep.org, 2015. Disponível em https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/9851/UNEP_2030_agenda_PT.pdf?sequence=4&isAllowed=y , Último acesso em 15/05/2023.

RIBEIRO, G. R. L. **A Educação no Campo e a Valorização do Meio Rural como Espaço de Aprendizagem**. Especialização em Educação no Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, IBAITI, 2014. Disponível em <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/50264/R%20-20E%20-%20GESSICA%20RAMOS%20LUCAS%20RIBEIRO.pdf?sequence=1> , Último acesso em 28/05/2023

SAO. **Quem Somos**. Portal de Conteúdos Socioambientais, 2017. Disponível em <http://socioambientalonline.com.br/quem-somos/> , Último acesso em 15/05/2023.

SILVA, V. P. B. V. **A Formação de Valores Cooperativos e as Transformações nas Práticas Educativas**: Um Estudo de Caso de Educandos da Licenciatura em Educação do Campo da UnB, no Assentamento Itaúna – GO. Tese de Doutorado na Faculdade de Educação da UnB, Brasília, 2012. Disponível em https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11946/1/2012_VicentePauloBorgesVirogolinoSilva.pdf , Último acesso em 15/05/2023.

SOUZA, M. A. **Educação proposta e práticas pedagógicas MST**. Petrópolis, RJ: vozes, 2006.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para um Desenvolvimento Sustentável**, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005. 120p.